

Langoni vê déficit cair Cr\$ 2,5 tri

O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, considerou ontem possível a redução de Cr\$ 2 a 2,5 trilhões no déficit público, este ano — “cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB)” — através dos cortes nos subsídios diretos e indiretos à agropecuária e ao consumo de petróleo e trigo.

Reconheceu que o atual processo de ajustamento da economia brasileira é “perverso do ponto de vista social e ineficiente do ponto de vista econômico”. Por isso, Langoni anunciou que as novas medidas de ajuste em estudo buscarão romper o “círculo vicioso da inflação de 120% ao ano e da recessão econômica,” verificado nos últimos três anos.

“Não se pode pacificamente continuar a convivência com essa situação de inflação elevada e recessão” — reiterou o presidente do Banco Central. Mas deixou transparecer, sem falar diretamente, a intenção do governo em não promover qualquer desindexação na economia brasileira: “as medidas serão realmente profundas e não casuísticas ou transitórias. Um programa que reflete o consenso da opinião pública de que é necessário agir”.

Somente após atacar a raiz dos problemas internos, segundo Langoni, “o Brasil poderá eliminar o grau de incerteza e restabelecer a confiança em sua política econômica.” Adiantou que, “se o programa de ajustamento for feito de maneira correta, até abrirá espaço para a retomada da atividade econômica e ampliação da oferta de emprego.”

Após o Conselho Monetário Nacional (CMN) ter decepcionado pela falta de qualquer discussão em torno dos grandes problemas econômicos do País, o presidente do Banco Central procurou criar clima favorável ao “pacote” de medidas em estudos: “O governo está consciente de que é necessário corrigir as distorções e vai adotar um programa realista. Nenhum país consegue conviver com inflação elevada e recessão durante muito tempo.”

Langoni expôs o consenso do governo de que todos os males residem no déficit público. “Há uma interação muito grande entre o sucesso na contenção do déficit público interno, no controle da inflação e na captação de recursos externos. A redução do déficit público terá impacto na queda dos juros reais, nas expectativas inflacionárias, na taxa efetiva de inflação e, enfim, criará condições para a retomada ordenada da atividade produtiva privada” — insistiu o presidente do Banco Central.

“Qualquer analista da economia brasileira vê que o déficit excessivo do setor público não pode mais ser suportado” — disse Langoni, ao defender o corte drástico nos subsídios ao setor rural, ao petróleo e ao trigo. Argumentou que o ataque vigoroso e realista aos subsídios constitui a saída para a redução dos gastos públicos, além dos cortes nas despesas correntes do governo, “já que se esgotaram as margens de restrições aos níveis de investimento das estatais.”

Para mostrar que as novas medidas não agravarão os problemas sociais, o presidente do Banco Central explicou: “as operações ativas do Banco Central cresceram Cr\$ 1,9 trilhão nos quatro primeiros meses do ano e, deste total, Cr\$ 1,3 trilhão serviu somente para financeirar diretamente o déficit público. Portanto, parcela substancial das aplicações do Banco do Brasil e do Banco Central se esvai na cobertura do déficit público — gastos das estatais, conta petróleo e pagamento pelas autoridades monetárias de compromissos externos em atraso do governo — em vez de beneficiar atividades produtivas. Uma situação insustentável.”

Segundo Langoni, o corte nos subsídios não afetará nem o nível de investimento na agricultura e nem a oferta de emprego na economia como um todo. Em sua argumentação, os subsídios não tem eficiência, possuem característica “extremamente regressiva” e traz perda de poder de compra às faixas de renda mais baixa, em razão do seu financiamento inflacionário — emissão de moeda.

O elenco de medidas em vias de ser anunciado “demonstrará, de maneira clara, a capacidade e vontade política de ajustar a economia brasileira.” Após controlar a raiz dos problemas internos, o presidente do Banco Central afirmou que o Brasil contará “mais intensamente” com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI); do Banco de Compensações Internacionais (BIS) e de outros órgãos multilaterais; do governo norte-americano e ainda poderá “aumentar a pressão sobre os banqueiros,” dentro do objetivo final de assegurar “um volume mínimo de recursos que dê ao Brasil tranquilidade em termos de liquidez.”

Com “pés no chão,” descartou a hipótese, defendida pelo senador e ex-ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, Roberto Campos, do Brasil recorrer à “moratória negociada”: “tudo isso é um jogo de palavras, uma questão semântica. O Brasil negocia a sua dívida em caráter permanente, desde dezembro último.”